

O PAÍS DISTORCIDO: MILTON SANTOS E O LUGAR DAS IDEIAS

Thiago Adriano Machado¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Caicó, RN, Brasil

Enviado em 7 ago. 2023 | Aceito em 12 set. 2023

Resumo: A atitude crítica e reflexiva de Milton Santos sobre como o Brasil é pensado pela Geografia e pelos intelectuais, nacionais ou estrangeiros, tem repercussões importantes na avaliação dos pressupostos teórico-metodológicos e das possibilidades políticas vinculadas a um discurso e uma teoria do Brasil. Desse modo, o autor identifica dinâmicas deformadoras da realidade nacional que resultam na imagem de um "país distorcido" pela tendência histórica de acolher uma dinâmica modernizadora estrangeira e de ser interpretado segundo ideias importadas. O presente trabalho objetiva, portanto, examinar como Santos compreende o Brasil como "país distorcido" a partir da relação entre as ideias mobilizadas para interpretar o país e seus respectivos contextos geográficos, explorando os ajustes propostos pelo autor para mitigar os mecanismos de distorção tributários das expectativas de modernização nacional. A metodologia parte do cotejamento da sua produção teórica com as fontes aqui nomeadas de "reflexivas" (artigos de jornal, entrevistas, discursos e conferências), pelas quais Santos interveio mais diretamente no debate público. A hipótese sugere que há uma indissociabilidade entre seu projeto teórico-metodológico de renovação crítica da Geografia e aquele de construção de uma interpretação geográfica do Brasil, no sentido de produção de um discurso eficaz e uma teoria de Brasil. Como resultado, compreendemos que o autor produz uma Geografia situada a partir de uma interpretação do Brasil, posicionando-se no âmbito do chamado "paradigma da formação" ao propor uma revitalização do projeto nacional. Para tanto, reconhece o protagonismo e a agência dos *homens lentos* (pobres, negros e migrantes), de modo a relacionar a dimensão existencial da corporeidade com a escala nacional da formação socioespacial. Por fim, reconhecemos que a sua própria trajetória intelectual se deu em um "entrelugar" das ideias ao tensionar os cânones geográficos desde o Sul global, apropriando-se e reformulando ideias estrangeiras para enunciar um discurso novo a partir de um projeto intelectual autêntico e "descolonializado".

Palavras-chave: Milton Santos, país distorcido, Brasil, geografia, pensamento social brasileiro

THE DISTORTED COUNTRY: MILTON SANTOS AND THE PLACE OF IDEAS

Abstract: The critical and reflective attitude of Milton Santos towards how Brazil is perceived by Geography and intellectuals, both national and foreign, has important repercussions in the evaluation of theoretical-methodological assumptions and political possibilities related to the discourse and theory of Brazil. In this way, the author identifies deforming dynamics of the national reality that result in the image of a "distorted country" due to the historical tendency to adopt a foreign modernizing dynamic and to be interpreted based on imported ideas. The objective of this study is therefore to examine how Santos understands Brazil as a "distorted country" based on the relationship between the ideas mobilized to interpret the country and its respective geographic contexts, exploring the adjustments proposed by the author to mitigate the distortion mechanisms that are influenced by expectations of national modernization. The methodology is based on comparing Santos' theoretical production with the sources mentioned here as "reflective" (newspaper articles, interviews, speeches, and conferences),

1. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (DGC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Urbano-Regionais (LEPUR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9416-8829>. Email: thiago.machado@ufrn.br.

through which Santos intervened more directly in the public debate. The hypothesis suggests that there is an inseparability between his theoretical-methodological project of critical renewal of Geography and that of constructing a geographical interpretation of Brazil, in the sense of producing an effective discourse and a theory of Brazil. As a result, we understand that the author produces a situated Geography based on an interpretation of Brazil, positioning himself within the so-called "formation paradigm" by proposing a revitalization of the national project. To do so, he recognizes the protagonism and agency of the *slow men* (the poor, black people, and migrants), to relate the existential dimension of corporeality to the national scale of socio-spatial formation. Finally, we acknowledge that his intellectual trajectory took place in an "in-between place" of ideas by challenging geographical canons from the Global South, appropriating and reformulating foreign ideas to articulate a new discourse based on an authentic and "decolonized" intellectual project.

Keywords: Milton Santos, distorted country, Brazil, Geography, Brazilian social thought

EL PAÍS DISTORSIONADO: MILTON SANTOS Y EL LUGAR DE LAS IDEAS

Resumen: La actitud crítica y reflexiva de Milton Santos sobre cómo Brasil es pensado por la Geografía y por los intelectuales, nacionales o extranjeros, tiene importantes repercusiones en la evaluación de los presupuestos teórico-metodológicos y de las posibilidades políticas vinculadas a un discurso y a una teoría de Brasil. De esta forma, el autor identifica dinámicas deformadoras de la realidad nacional que resultan en la imagen de un "país distorsionado" debido a la tendencia histórica a acoger una dinámica modernizadora extranjera y a ser interpretado según ideas importadas. El presente trabajo pretende, por lo tanto, examinar cómo Santos entiende Brasil como un "país distorsionado" a partir de la relación entre las ideas movilizadas para interpretar el país y sus respectivos contextos geográficos, explorando los ajustes propuestos por el autor para mitigar los mecanismos de distorsión derivados de las expectativas de modernización nacional. La metodología parte de la comparación de su producción teórica con las fuentes aquí denominadas "reflexivas" (artículos periodísticos, entrevistas, discursos y conferencias), a partir de las cuales Santos intervino más directamente en el debate público. La hipótesis sugiere una inseparabilidad entre su proyecto teórico-metodológico de renovación crítica de la Geografía y la construcción de una interpretación geográfica de Brasil, en el sentido de producir un discurso efectivo y una teoría de Brasil. En consecuencia, entendemos que el autor propone una interpretación de Brasil geográficamente situada, posicionándose en el ámbito del llamado "paradigma de la formación" a partir de la propuesta de revitalización del proyecto nacional. Para ello, reconoce el protagonismo y agencia de los *hombres lentos* (pobres, negros y migrantes), con el fin de relacionar la dimensión existencial de la corporeidad con la escala nacional de la formación socioespacial. Finalmente, reconocemos que su trayectoria intelectual tuvo lugar en un "lugar intermedio" de ideas al tensionar los cánones geográficos desde la perspectiva del Sur global, apropiándose y reformulando ideas foráneas para enunciar un nuevo discurso desde un proyecto intelectual auténtico y "decolonial".

Palabras-clave: Milton Santos, país distorsionado, Brasil, Geografía, Pensamiento Social Brasileño.



Introdução

A existência de uma certa tradição de interpretação geográfica do Brasil, constatada ou atribuída, passa inexoravelmente por examinar a atitude autorreflexiva do campo disciplinar da Geografia no contexto brasileiro. Em outros termos, questionar os pressupostos teórico-metodológicos e suas respectivas ferramentas conceituais parece fundamental para compreender o modo como a Geografia brasileira construiu um discurso e uma teoria de Brasil. Ainda que reconheçamos a existência de múltiplos autores que buscam pensar o Brasil a partir do arsenal disciplinar da Geografia, este trabalho tem como foco um geógrafo em particular, o baiano Milton Santos (1926-2001), e o modo como ele conjugou sua interpretação do país a uma atitude reflexiva própria à sua perspectiva crítica. Desse modo, o autor em tela não se furtou de apontar as limitações do seu próprio campo disciplinar frente ao desafio de teorizar a realidade brasileira, ao tempo que olhou criticamente para a universidade e para a tradição do Pensamento Social Brasileiro em sua longa trajetória interpretativa do país. Tal atitude crítica e reflexiva reforça a ideia de que as nossas interpretações do Brasil sofrem de um mal de origem: a reiterada incapacidade de se desvencilhar da perspectiva do olhar europeu ou norte-americano, lentes estrangeiras que teriam por efeito a distorção da nossa compreensão efetiva do país.

O objetivo do trabalho é, portanto, investigar como Santos compreende o Brasil enquanto "país distorcido" a partir da relação entre as ideias mobilizadas para interpretar o país e seus respectivos

contextos geográficos, explorando os ajustes propostos pelo autor para mitigar os mecanismos de distorção tributários das expectativas de modernização nacional. A metodologia do trabalho foi centrada no cotejamento da sua produção teórico-empírica sobre o Brasil com as fontes documentais que aqui podemos nomear de “reflexivas”, no sentido que permitem acessar atitudes de reflexão retrospectiva e prospectiva do autor sobre os temas em questão. Desse modo, reunimos os livros e artigos centrais à sua produção teórica e o diverso conjunto de entrevistas e artigos de opinião escritos e publicados em diversas fases da sua produção acadêmica. Em outros termos, tentamos compatibilizar suas contribuições teórico-metodológicas com aquelas de natureza ético-política, conforme as nomeia Muniz Sodré (2004) ao situar Milton Santos no Pensamento Social Brasileiro.

Daí o destaque incontornável ao artigo *O país distorcido* que foi a público em 02 de maio de 1999 na Folha de São Paulo em meio à atmosfera imposta pela iminente efeméride dos quinhentos anos de “descobrimento” do Brasil:

A questão central que nos ocorre, sobre a nossa interpretação de nós próprios, nesses chamados 500 anos de Brasil, é a seguinte: é possível opor uma história do Brasil a uma história europeia do Brasil, um pensamento brasileiro em lugar de um pensamento europeu ou norte-americano do Brasil, ainda que conduzido aqui pelos bravos brazilianists brasileiros? (SANTOS, 2002a, p. 51).

A provocação dirige-se aos “*brazilianists* brasileiros”, intelectuais nativos dotados de um “olhar estrangeiro”, cuja visão distorcida do mundo levaria a pontos de partida redutores, à neutralização do ímpeto da crítica e à aceitação de raciocínios estabelecidos em função de outras realidades. O ponto central do argumento orbita em torno da distinção entre o que se entende por “internacional” e “universal” no trabalho intelectual. Ou seja, a submissão do acadêmico à lógica globalizante de inserção em redes internacionais de pesquisa empobreceria a produção de ideias e teorias na medida em que estas fossem avaliadas segundo formulações ditas internacionais e canônicas por efeito de autoridade, ainda que também construídas desde contextos específicos e delimitados. Por outro lado, a busca por se tornar universal, em oposição a internacional, passa pelo reconhecimento de que tal objetivo pode ser atingido desde um lugar ou território, e desde uma língua, que não aqueles ancorados no “centro” do mundo.

O intelectual público tem como ponto de partida uma vontade de abrangência, uma filosofia certamente banal, mas solidamente ancorada nos fatos e na reflexão, que permite encontrar, ao mesmo tempo, as idéias, abertas a um público maior, e as respectivas palavras: simples, precisas, inteligíveis. Daí seu papel pedagógico e, às vezes, profético. (SANTOS, 2002b, p. 55).

Há um ideal intelectual defendido por Santos, a “vontade de abrangência”, e que serve de referencial para a crítica por ele realizada aos modos de subordinação do trabalho intelectual no período da globalização. Dessa forma, o autor reflete sobre as visões distorcidas que atravessam não só a tradição do Pensamento Social Brasileiro, mas o próprio campo disciplinar da Geografia e a universidade como instituição fundamental da produção de saber. Em discurso proferido por ocasião da concessão do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Santos (2000a) diagnostica o risco de a universidade abandonar a busca do “saber abrangente” em prol de um saber prático de viés utilitário imposto pelos interesses de fundações corporativas internacionais. Assim, na globalização, os fatores externos ao campo científico impõem maior influência a partir das demandas do mercado sobre a produção científica, realizando uma “produção comercial do saber”.

Aliada à “vontade de abrangência” de um saber universitário autêntico, está o projeto de construção de uma Geografia renovada, “moral”, comprometida com a mudança social e um projeto nacional (SANTOS, 1979a; SANTOS *et. al*, 2000). Primeiramente sistematizado com a publicação, em

1971, de *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (2013a), tal projeto passa pelo escrutínio crítico sobre o influxo externo de teorias e metodologias a que Santos atribuía a pecha de imperialista. Referia-se notadamente à Geografia neopositivista, que sustentava políticas de desenvolvimento econômico por meio do planejamento dirigido à imposição do capital internacionalizado (SANTOS, 2003). Além disso, Santos critica o que chama de “colonialismo editorial”, expresso na Geografia, dentre outras formas, pela Comissão Nacional da União Geográfica Internacional (UGI) e sua ambição de publicação em língua estrangeira sem estar atrelada à efetiva difusão do conhecimento. Por efeito, ocorre uma “deformação” da realidade nacional para qual a resposta eficaz seria aquilo que Santos nomeia como uma “Geografia brasileira descolonizada”, tomada como condição da reconstrução do país (SANTOS, 1982, p. 217).

O país distorcido é, portanto, produto de uma imagem deformada do Brasil. Cabe, então, investigar como Milton Santos lida com essa dinâmica deformadora e quais os ajustes ele propõe para superá-la. A hipótese que aqui buscamos explorar parte da ideia de que há uma indissociabilidade entre os projetos de construção de uma Geografia crítica e renovada e o de uma interpretação geográfica do Brasil, e que para ambos incide a necessidade de contestação dos mecanismos de validação do conhecimento sobre a realidade nacional. Por conseguinte, essa hipótese se desdobra na forma como o autor opera, desde a Geografia, nos meandros do que se tem entendido como “paradigma da formação”, campo interdisciplinar vinculado às interpretações do Brasil pelo qual foi possível à Geografia dialogar com o Pensamento Social Brasileiro. Por fim, a ideia é que há um equacionamento do problema, ainda que provisório, a partir da construção de uma versão geográfica do paradigma da formação. Isto porque permite sistematizar um modelo explicativo da formação brasileira suficientemente abrangente, mediando as questões mais candentes da dinâmica política, social e econômica do país segundo os distintos usos do seu território.

A faina cega de copistas: as ideias fora do lugar e o paradigma da formação

O desconforto de Milton Santos frente à atitude mimética do nosso modo de interpretar o país, de pensá-lo a partir da Geografia e de realizar o trabalho acadêmico em nossas universidades não é uma atitude nova no pensamento nacional, mas talvez uma constante do nosso debate intelectual². A denúncia do déficit de autenticidade parece estar marcada pela constatação da incompletude da formação nacional, seja quando o projeto de construção da nação se impunha à elite intelectual do século XIX, seja quando fora a modernização o mote político e ideológico de uma superação, sempre adiada, da condição de subdesenvolvimento.

Vida ideológica e vida material se imbricam no sentimento de *desterro* apontado por Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 31) em *Raízes do Brasil*, quando afirma: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”. Esse desacordo entre ideia e contexto geográfico fica bem explícito no relato de um país de contrastes que Euclides da Cunha faz em *Os Sertões*:

Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos (...) mais fundo o

² Já desde o século XIX, e depois, poderíamos mencionar o que Gildo Marçal Brandão (2007) identificou como linhagem do idealismo orgânico do pensamento político-social brasileiro, composta por nomes como Visconde do Uruguai, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos e Wanderley Guilherme do Santos (RICUPERO, 2013).

contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros em nossa terra do que os imigrantes da Europa (CUNHA, 2016, pp. 191-192).

A guerra de Canudos leva Euclides da Cunha a perceber os sertanejos como autênticos representantes da nacionalidade. O estranhamento que esses “rudes patrícios” causavam seria efeito do olhar oriundo de um Brasil litorâneo inclinado a meros reflexos de uma “civilização de empréstimo”, de modo que seria esta parcela costeira do território aquela de fato estrangeira em seu próprio país. Além da Europa credora de ideias, tal desvio das exigências da nossa própria nacionalidade seria obra da “faina cega de copistas”, de uma elite intelectual e política que fechava os olhos para o interior do Brasil e dedicava-se a copiar os “códigos orgânicos de outras nações”.

Cem anos depois, parece-nos que “a faina cega de copistas” está a cargo dos “bravos *brazilianists* brasileiros”, para recuperar a ironia de Milton Santos ao comentar sobre as possibilidades de uma renovação do pensamento nacional. A sua queixa é reiterada em vários textos de opinião, entrevistas e artigos. Em entrevista ao Jornal O Tempo, em 1997, Santos afirmou que “[a] universidade é mimética. E a sua própria organização atual convida a que o pensamento seja subordinado. No caso brasileiro, o renome vem de fora, e as formas de julgamento dos pares, calcadas no reconhecimento externo, são um fator extraordinário de atrofia no processo de pensar” (SANTOS, 2007a, p. 133). Em várias oportunidades, Santos sinalizou essa atrofia do pensar nacional ao reconhecer que o escasseamento de interpretações abrangentes do Brasil, tais como as construídas por Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque, Caio Prado Jr., Celso Furtado, dentre tantos outros, deve-se à burocratização da universidade e à sua atitude mimética.

Interpelado pela Revista Caramelo, em 1994, Santos reitera esta escassez interpretativa do Brasil agravada pela inserção do trabalho acadêmico na dinâmica econômica da globalização. Porém, a precariedade de uma leitura autêntica não resulta no confronto a meros caprichos intelectuais, mas “atrasa a condução de uma teoria de Brasil adequada, de um lado a interpretar o país, de outro a propor mudanças baseadas na realidade nacional” (SANTOS, 2007b, p. 103). Tal perspectiva é ratificada na conversa com a atriz Denise Stoklos, publicada pela Folha de São Paulo em 07 de março de 2000:

A maneira que interpretamos o Brasil e o mundo é empobrecida na universidade porque somos extremamente copiadores - primeiro da Europa e agora dos EUA. Não se trata de recusar o pensamento que vem de outros países, mas há uma maneira própria de ver o mundo e a si mesmo. É isso que distingue as culturas e dá nervos aos povos. Nós não chegamos a ser universais porque não somos suficientemente brasileiros (SANTOS, 2002c, p. 62).

Se para alguns essa “brasilidade insuficiente” era efeito de uma civilização de empréstimo, para Santos a incompletude da formação nacional expressava o recalcado desejo do brasileiro de ser “descaradamente moderno”. É a entrega à modernidade alheia que renova o sentimento de desterro, sobretudo ao sujeitar o país aos ditames de uma globalização financeira cujo receituário põe abaixo as heranças do projeto de modernização nacional depois de cinco décadas de nacional-desenvolvimentismo, em suas versões democrática e autoritária.

O pensamento brasileiro eficaz do ponto de vista da construção política e econômica - a voz audível, a fala autorizada, clássica, que se deitava sobre os papéis - sempre foi bebido no mundo; porque nos equivocamos chamando a Europa de mundo, nos equivocamos agora chamando a Europa e os Estados Unidos de mundo, porque, no nosso pensamento de mundo, o resto da humanidade não está (...) Pois bem, uma das constantes do Brasil é a vontade de ser moderno, descaradamente moderno - que o brasileiro sempre teve -, e essa entrega à modernidade dos outros me parece um dado extremamente importante para entender a dificuldade de construção da nação. Porque nós dificilmente nos reclinamos sobre a tarefa de imaginar uma modernidade brasileira (SANTOS, 2000a).

Este trecho foi retirado do discurso proferido na ocasião em que Milton Santos recebeu o Prêmio Gilberto Freyre de Brasilidade, em 2000, meses antes dele próprio apresentar uma tentativa de sistematização de uma interpretação geográfica do Brasil. Construído com a colaboração de Maria Laura Silveira, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (2001) propunha “fazer falar o território”, oferecendo uma base empírica mais bem delimitada para as formulações teóricas precedentes e sedimentadas em *A Natureza do Espaço*, de 1996. É possível situá-la no quadro amplo do que se tem chamado de “paradigma da formação” (ARANTES, 1993; BOTELHO, 2020) desde que se considere três aspectos: a percepção de que a formação nacional é ainda aqui um projeto inconcluso; o uso do conceito marxista de *formação econômico-social* em sua reformulação geográfica enquanto *formação socioespacial*; e a defesa explícita ou não da retomada de um projeto nacional que recupere os valores democráticos e populares de uma modernidade brasileira.

Ao verificarmos o discurso apresentado, percebemos que Santos relaciona dialeticamente a “entrega à modernidade dos outros” à “dificuldade de construção da nação”. Em outros termos, a tendência a uma vida ideológica importada da Europa e, depois, dos Estados Unidos é condição e produto de uma vida material concretizada em uma formação social incompleta – mais bem perceptível em um território fragmentado e cindido. Se antes esta cisão se dava na oposição litoral e sertão, ou mesmo na questão regional de um Nordeste “atrasado” frente ao Sudeste “moderno” e industrializado, agora Milton Santos lança novas categorias de análise ao interpretar a formação socioespacial brasileira a partir da expansão diferenciada e desigual dos meios técnicos, que sob a dinâmica contemporânea da globalização são descritos como um *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A despeito das críticas que o paradigma da formação tem sofrido, em especial de Marcos Nobre (2012) e Silvano Santiago (2014), ele guarda, como o próprio Santiago reconhece, uma rentabilidade discursiva que enquadra um campo diverso e problemático, diria André Botelho (2020), de interpretações da realidade nacional. No que se refere a Milton Santos, portanto, o país é analisado como uma “formação socioespacial dependente” e um “país distorcido”. A *distorção* como efeito e condição de uma formação colonial cujo território foi submetido tanto à espoliação quanto à razão universal europeia, males de origem da sensação de desterro e incompletude da experiência nacional.

Inevitável, desse modo, acionar um dos textos mais emblemáticos do referido paradigma e que trata do descompasso entre vida ideológica e material no Brasil. *As ideias fora do lugar* foi publicado em 1977 pelo crítico literário Roberto Schwarz (2012) e logo engendrou um rico debate sobre as vicissitudes da vida intelectual brasileira. Preocupado com o contexto ideológico em que Machado de Assis estava inserido e a partir do qual produziu sua bem-sucedida obra literária, Schwarz examina o que nomeia de “comédia ideológica” diante da “convivência” entre o liberalismo importado da Europa e o escravismo vigente no Brasil do século XIX. Se na Europa do novecentos a vida ideológica se dá pelo encobrimento da exploração do trabalho pelo capital sob a forma jurídica burguesa, no Brasil “[o] escravismo desmente as ideias liberais” (SCHWARZ, 2012, p. 17).

Ainda que fosse a relação social produtiva, o trabalho escravizado não compunha o nexo ideológico do país. Os escravizados estavam excluídos da vida ideológica. Desta participavam os senhores de terra, sujeitos sociais dominantes em uma economia latifundiária e monopolista, e os “homens livres pobres”, categoria social examinada por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) em *Homens livres na ordem escravocrata*. São as relações baseadas no favor que medeiam a vida ideológica do Brasil do século XIX e que adentram o século seguinte, tão incompatíveis com o liberalismo quanto a escravidão, e submetem parcelas marginalizadas da população livre ao “jogo fluido de estima e autoestima” a que o interesse material é submetido.

Roberto Schwarz lida com essa contradição entre as ideias liberais e o favor como uma “coexistência estabilizada”: “*adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente “objetiva”, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor*” (SCHWARZ, 2012, p. 18). No momento seguinte, ressalta a natureza *instável* dessa combinação, “que facilmente degenerava em hostilidade e crítica as mais acerbas” (SCHWARZ, 2012, p. 20). O fundamental é que a resiliência do favor como nexos ideológico estava assegurada pela cumplicidade social entre senhor e homem livre pobre, apesar das hierarquias sociais, e que dizia respeito ao fato de que nessa relação recíproca nenhuma das partes era “escrava”.

Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as ideias estavam fora de centro em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia a dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização no seu conjunto, que é internacional (SCHWARZ, 2012, p. 30).

Consideramos que podemos nos beneficiar tanto dos argumentos apresentados por Roberto Schwarz quanto pelos defendidos por seus críticos, a exemplo da própria Maria Sylvia de Carvalho Franco, que preferiu considerar que, na verdade, “as ideias estão no lugar”, já que nossa formação social estaria desde seu início integrada ao capital mercantil internacional. Por certo, adotando uma ou outra nuance, o “país distorcido” de que trata Milton Santos é efeito desse *influxo externo* de ideias e teorias. “Ideias fora de centro”, o “árido trabalho cego de copistas”, que, consciente ou inconscientemente, adotam ideias que contraditam seus contextos geográficos.

A distorção do olhar: modernização e espaços derivados

Para além da expectativa de situar corretamente os contextos geográficos em que as ideias são formuladas e nos quais adquirem aderência às práticas sociais, cabe pensar como a “deformidade” da formação nacional é materializada no espaço geográfico. Milton Santos constrói uma reflexão teórica dos espaços dos países subdesenvolvidos que incorpora o conteúdo ideológico à materialidade, de tal forma que podemos ajustar o impasse em torno do lugar das ideias ao propor que elas não estão no lugar, mas sim que as ideias são o lugar, ou nele se materializam. A ideologia é aqui não uma “falsificação” da realidade, mas parte componente dela. Uma maneira de visualizar tal proposição é dar sequência à leitura do parágrafo em que Sérgio Buarque de Holanda realça o sentimento de desterro em nossa própria terra devido ao fato de termos importado “nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias”, ao que prossegue:

Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade em aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho e nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem (HOLANDA, 1995, p. 31).

As obras que construímos, “frutos do nosso trabalho ou da nossa preguiça”, compõem uma configuração territorial, um certo modo de produzir e organizar o espaço geográfico, sobre o que o próprio autor se debruçou ao explorar, no capítulo sobre o *ladrihador* e o *semeador*, o urbanismo vernacular da América portuguesa em oposição ao padrão urbano retilíneo das cidades nas colônias espanholas. Ressalta, então, que tal produção provém “de outro clima e de outra paisagem”, o que submetido a uma análise geográfica parece estar de pleno acordo com a assimilação que Milton

Santos realiza do conceito de *paisagens derivadas*, do geógrafo francês Max Sorre (SANTOS, 2013a; 2002d; 1985). Convertido em *espaços derivados*, tal conceito permite uma reflexão sobre o padrão de produção espacial em uma formação social de matriz colonial que redundava, no século XX, em dependência tecnológica e subdesenvolvimento.

O conceito de *espaços derivados* cumpre inicialmente o papel de crítica à noção clássica de região, atestando que já não se podem realizar estudos regionais levando em consideração apenas as relações entre os grupos humanos e suas bases geográficas (relações homem-meio). Em um mundo que se constitui como totalidade empírica depois de sucessivas modernizações (comercial, industrial e tecnológica), o estudo de uma região ou de um subespaço precisa reconhecer a importância de vetores externos que lhe alteram as dinâmicas socioespaciais precedentes.

A questão já foi respondida por Sorre, quando falou de “paisagens derivadas”. Essas paisagens dos países subdesenvolvidos, efetivamente, derivam das necessidades da economia dos países desenvolvidos, onde, finalmente, encontra-se a decisão (...). As camadas ou classes sociais derivadas ou reforçadas pela relação entre os países ou regiões subdesenvolvidos com os países ou regiões desenvolvidos têm comportamentos diferentes face às exigências da vida econômica e social. Esses comportamentos têm consequências geográficas diversas, e isso num mesmo espaço considerado (SANTOS, 2013a, p. 15).

É possível reconhecer a ideia de espaços derivados na composição de uma *dialética do território*, entendida mediante “um controle ‘local’ da parcela ‘técnica’ da produção e um controle remoto da parcela política da produção”, cujo resultado reside na “aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens” (SANTOS, 1996a, pp. 217-218). Ou seja, a obediência às normas e ações estrangeiras que orientam as dinâmicas dos lugares e regiões dos países subdesenvolvidos amplia a experiência alienada de sermos “desterrados em nossa própria terra”. Porém, se Santos expressa tal dialética territorial em *A natureza do espaço* (1996a) por meio dos conceitos de *horizontalidade* e *verticalidade*, este é já um projeto antigo e que remete à década de 1970, cuja originalidade é verificável no seu duplo esforço teórico em torno dos *dois circuitos espaciais da economia urbana* em países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008; 1971) e do estudo das formações econômico-sociais enquanto *formações socioespaciais* (SANTOS, 1977).

A divisão internacional do trabalho no pós-guerra inaugura o que Santos (1971) nomeia de *período tecnológico* e enuncia uma nova interação entre os países centrais do capitalismo global e aqueles então situados no chamado Terceiro Mundo, o que se dava pelo emprego de programas de ajuda internacional, projetos de desenvolvimento econômico e de planejamento estatal dedicados a facilitar a entrada de investimentos dos setores monopolistas do capital (SANTOS, 2003). Os efeitos dessa interação podiam ser visualizados no processo acelerado de urbanização nos países subdesenvolvidos e nos seus projetos de industrialização, o que tendia a ser predominantemente interpretado segundo a perspectiva dualista das teorias da modernização.

Milton Santos (2008; 1971) rejeita a leitura alicerçada nas oposições entre moderno e tradicional ou economia formal e informal, compreendendo a existência de dois circuitos espaciais (superior e inferior) da economia urbana resultantes dos mesmos processos de modernização, o que expressava uma recusa à importação de teorias europeias e norte-americanas para o estudo das realidades do Terceiro Mundo. Os espaços derivados resultam, assim, da instalação de novas *formas espaciais* pelos processos de modernização, as quais agem como verdadeiros “cavalos de Tróia”, veículos de introdução do modo de produção dominante em formações econômico-sociais periféricas, deformando tais totalidades segundo uma “evolução governada de fora” (SANTOS, 1978).

É possível atribuir sua posição à revisão crítica dos seus estudos urbano-regionais anteriores sobre *A Zona do Cacau* (1957) e *O centro da cidade de Salvador* (2012 [1959]), à execução de uma

agenda de pesquisa em trânsito internacional no período do exílio forçado pela ditadura vigente no Brasil desde 1964, e à sua leitura e interlocução com pensadores e pesquisadores dos países do Terceiro Mundo, inclusive aqueles derivados dos tensionamentos políticos e intelectuais em torno do processo de descolonização dos países africanos. É interessante pontuar como a teoria dos dois circuitos espaciais da economia urbana, amadurecida na publicação em 1975 de *O espaço dividido* (SANTOS, 2008), propõe-se a introduzir um conteúdo dialético à experiência da urbanização na abrangente escala dos países subdesenvolvidos. Para tanto, o faz a partir de elementos já discutidos em *Les villes du Tiers Monde* (1971), como ao se referir às cidades bipartites ou tripartites originadas da influência europeia e baseadas na discriminação racial, fazendo menção à cidade do colono e à cidade do colonizado de que trata Franz Fanon em *Os condenados da Terra* (1961).

A cidade do colono é uma cidade firme, toda ela de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, jamais vistos, nem mesmo sonhados (...) A cidade do colono é uma cidade farta, indolente, e a sua barriga está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a medina, a reserva, é um lugar de má fama, habitada por homens de má fama. Lá, nasce-se em qualquer parte, de qualquer maneira. Lá, morre-se em qualquer parte, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, onde os homens se amontoam uns sobre os outros, as cubatas, umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz (FANON, 2015, p. 43).

Fanon descreve um mundo colonial maniqueísta, compartimentado e cortado ao meio, organizado pela violência do colono, que resulta na desumanização do colonizado. Santos também fala de um espaço dividido, mas cujos polos estão imbricados, ambos produtos dos processos de modernização e que se elucidam reciprocamente (SANTOS, 2008). Espaço “dividido” no duplo sentido da apartação e do compartilhamento. María Laura Silveira (2008) ressalta essa oposição dialética entre os circuitos espaciais (superior e inferior) em que ambos são opostos e complementares, ainda que para o circuito inferior tal complementariedade se dê na forma de dominação. Tal realidade socioespacial é a materialização de um arcabouço ideológico que se presta à invenção do Terceiro Mundo, afirma Santos (2003), para efetivar a dominação econômica por meio das ideologias do crescimento, da modernização, da difusão de inovações e do planejamento preocupadas em facilitar a difusão da informação e das novas formas de consumo (SANTOS, 2008).

Santos prefere evitar o quiproquó dos termos³ voltados à designação dos países excluídos do núcleo orgânico do capitalismo global, preferindo se dedicar ao estudo histórico das estruturas que forjam, por meio da modernização tecnológica, espaços derivados bipolarizados. Isto permite, portanto, que o próprio Santos se reconheça enquanto “terceiro-mundista”, uma posição política e intelectual de situar sua compreensão do lugar, do país e do mundo (SANTOS, 2000b, p. 108). Faz, assim, sua denúncia particular da “faina cega de copistas” ao vincular a atitude mimética não só às instituições do saber técnico e científico, mas ao próprio circuito superior da economia urbana, que

³ “A discussão sobre a pertinência dos vocábulos criados para dar um sentido único aos países dependentes não me parece mais aceitável. Desde a criação da palavra *Terceiro Mundo*, esse debate praticamente não terminou. Nós recusamos a expressão *país subdesenvolvido* para evitar tomar como parâmetro o desenvolvimento dos países ricos. Nesse sentido, seria ainda pior de os considerar como “em vias de desenvolvimento”. A palavra Terceiro-Mundo foi também recusada para evitar a analogia com a história da França. Falou-se de países novos, o que não era aceitável de um ponto de vista cultural. Depois, as nações proletárias de Pierre Moussa, a periferia do discurso de Raul Prebisch, e mais recentemente o “Sul”. Se nós lamentamos a expressão “países novos” para não cair na armadilha do eurocentrismo, se nós recusamos a fórmula “em via de desenvolvimento”, falar de países dependentes não equivaleria a reconhecer uma oposição entre o centro e a periferia? O Terceiro Mundo seria o conjunto de países tanto dependentes quanto periféricos, a história mundial recente mostrou onde a dependência continua e se agrava” (SANTOS, 1987a, p. 11).

converte a indústria, o comércio e os serviços modernos em veículos de ações, normas, valores e padrões de consumo que reclamam aos lugares obediência.

O **circuito superior** utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada e recriada. O primeiro é **imitativo**, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (SANTOS, 2008, p. 43, grifos nossos).

O circuito superior é compreendido como sede da rigidez das normas e das verticalidades. Já o circuito inferior é fonte potencial da criação. Este aspecto dos espaços derivados é reformulado vinte anos depois em *A natureza do espaço* (1996a), livro em que Milton Santos aponta a cidade, sobretudo a metrópole, como o lugar onde os *homens lentos* (termo com o qual Santos reconhece na população pobre a condição de sujeitos históricos) encontram o seu potencial de criação de um novo período histórico (período popular da história), o lugar da *flexibilidade tropical*, da revanche do território. Afinal, em contraponto às verticalidades e suas solidariedades organizacionais, há as solidariedades orgânicas que se constituem como horizontalidades, manifestando, em oposição à rigidez normativa das verticalidades, a espontaneidade e a criatividade. Santos abre, assim, possibilidades de recriação dos espaços derivados a partir das solidariedades construídas pelo aspecto cooperativo do trabalho, da proximidade e do cotidiano. Renova, então, a teoria dos dois circuitos espaciais⁴ em conformidade à sua epistemologia da existência e ao fato novo, na globalização, de que sua validade foi ampliada aos países ricos.

A operacionalização desse debate sobre a natureza “derivada” do processo de urbanização no Brasil está presente em diversas obras de Milton Santos, a exemplo de *A Urbanização Brasileira* (2013b), e subsidia uma interpretação mais abrangente do território, de modo a identificar que o espaço derivado é evidente não só na dimensão intraurbana dos circuitos espaciais. A rede urbana também expressa a tendência à bipolaridade ao ser organizada em torno da relação de dois subsistemas urbanos: o subsistema *nation-building*, responsável pela integração relativa do território e dotado de capacidade criativa e poder de estimulação interna; e o subsistema *espoliador*, que reitera o caráter extrovertido da economia ao obedecer aos ditames do controle internacional dos investimentos. Usufrui, para tanto, de subsídios estatais e políticas de planejamento regional que tendem a descentralizar os investimentos, mas de modo a forjar enclaves econômicos ao invés de promover uma efetiva integração territorial. O resultado é “a formação de uma rede urbana com tendência piramidal”, em que quase todas as relações confluem para a metrópole econômica nacional, numa espécie de “explosão das redes tradicionais” que aprofunda as desigualdades regionais no país (SANTOS, 2008, p. 289).

O pontapé inicial de uma interpretação geográfica do Brasil por Milton Santos parece surgir da percepção desse “curto-circuito” da rede urbana brasileira, em que cidades “de um nível inferior não têm necessidade de passar pelas cidades do nível imediatamente superior, mas dirigem-se diretamente às cidades mais importantes” (SANTOS, 2008, pp. 289-290). Após o seu retorno ao Brasil em 1978, Santos foi a Rondônia como consultor, oportunidade em que pôde pensar o Brasil a partir da percepção da instalação de São Paulo como “capital geral do país” (SANTOS, 2000b). Um produto

4 “Pode-se, entretanto, admitir que, nas condições atuais – e permeadas por uma infinidade de situações intermediárias – existem duas situações tipo em todas as grandes cidades. Há, de um lado, uma economia explicitamente globalizada, produzida de cima, e um setor produzido de baixo, que, nos países pobres, é um setor popular e, nos países ricos, inclui os setores desprivilegiados da sociedade, incluídos os imigrantes. Cada qual é responsável pela instalação, dentro das cidades, de divisões de trabalho típicas. Em todos os casos, a cidade é um grande sistema, produto de superposição de subsistemas diversos de cooperação, que criam outros tantos sistemas de solidariedade” (SANTOS, 1996a, p. 259).

dessa reflexão é a publicação em 1979 do texto *Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado*, no qual Santos ensaia uma visão abrangente do país a ser revisada em trabalhos posteriores por meio de um exercício de aproximações sucessivas. A continuidade desse esforço interpretativo resulta em: uma construção de modelo explicativo da formação socioespacial brasileira centrada na periodização do território; um esboço de regionalização a partir da ideia de *região polarizada* na hinterlândia de São Paulo, depois nomeada *região concentrada*; uma leitura sobre o papel do Estado para a eficácia do projeto de modernização do território; e uma compreensão de tal modernização assentada no modo de integração com o mercado externo e no modo de integração interior, o que varia de uma *não-integração* quase total para um *integração* territorial *desarticulada* (SANTOS, 1979b).

Em síntese, Milton Santos oferece uma versão geográfica da explicação sobre a sensação de incompletude da formação nacional. Tal incompletude está expressa no território pelo modo como este é construído enquanto *espaço derivado*, produto da “entrega à modernidade dos outros”. A atitude mimética não é exclusiva à importação reiterada de ideias – liberalismo no século XIX ou desenvolvimento econômico rostowiano no pós-guerra –, mas uma prática social e econômica que se materializa nas formas espaciais resultantes de ações de origens remotas que se valem do estatuto de modernidade. Esta *mimesis* territorial se expressa em dualidades novas e atualizadas, sintomas das dificuldades de efetiva integração. Daí Milton Santos opor um Brasil *urbano* a um Brasil *agrícola*, uma nação *ativa* a uma nação *passiva*, espaços *luminosos* a espaços *opacos*, regiões do *mando* a regiões da *obediência*, espaços da *modernização generalizada* a espaços da *modernização seletiva*, dentre outros pares dialéticos filiados à ideia de *espaços derivados*, e que renovam a tradição dual do paradigma da formação⁵ (SANTOS, 2013b; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

O olhar enviesado: ser negro no Brasil

Um sintoma incontornável da “deformação” intelectual e material da vida nacional pode ser percebido naquilo que Milton Santos chamou de “olhar enviesado”, a partir do que formulou uma contribuição autoral à questão racial no Brasil. O país distorcido, efeito da importação de ideias e paisagens, repousa no déficit de cidadania de parcela significativa da sua população e na construção de uma ética conservadora e desigual que autoriza e normaliza o olhar desconfiado e torto destinado aos negros brasileiros, uma ética ela mesma enviesada, diria Santos.

O nosso ponto de partida é mais uma vez o ano 2000 e a efeméride dos “descobrimientos”: Santos publica em 7 de maio de 2000, na Folha de São Paulo, um artigo intitulado *Ser negro no Brasil hoje* (SANTOS, 2002e). Ali ele conduz mais um importante momento reflexivo sobre a sua trajetória teórica, política e intelectual, e incorpora um elemento tão relevante quanto incômodo: a trajetória pessoal. Talvez por isto a menção em realizar uma *deriva autobiográfica* esteja quase sempre acompanhada de um pedido de desculpas. O modo de olhar, de ver e ser visto, organiza essa experiência existencial de ser negro no Brasil, evidente na resposta que Santos dá a Maurício Stycer, em entrevista concedida à Folha de São Paulo em 1995, quando perguntado se ele costuma ser “maltratado” no país: “olhado com desconfiança”, afirma (SANTOS, 2002f, p. 139). Esta desconfiança materializada no olhar configura-se como sintoma manifesto do não pertencimento integral da

⁵ Essa tradição dual pode ser observada nos *antagonismos em equilíbrio*, de Gilberto Freyre (2003 [1933]); na *metodologia dos contrários*, que Antonio Candido atribuiu a Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]); nos setores *orgânico* e *inorgânico* da formação nacional por Caio Prado Jr. (2011 [1942]); nos setores *dinâmico* e de *subsistência* da formação econômica para Celso Furtado (2007 [1959]); e nas *polarizações dinâmicas* de Florestan Fernandes (2020 [1975]).

população negra à sociedade brasileira, da sua cidadania mutilada e da demarcação de um lugar social subalterno.

Ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um **olhar vesgo e ambíguo**. Essa ambiguidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico, e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições (SANTOS, 2002e, p. 159, grifo nosso).

Ser negro no Brasil é, pois, com freqüência, ser objeto de um **olhar enviesado**. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranqüilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver "subido na vida" (SANTOS, 2002e, p. 161, grifo nosso).

O caráter ubíquo da ambiguidade da qual deriva o olhar enviesado passa pela reação da sociedade branca à enunciação de um problema negro no país, que tende a negá-lo, conforme a duplicidade de que no Brasil "feio não é ter preconceito de cor, mas manifestá-lo", afirma Santos, recorrendo a Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Não há, portanto, como escapar da resiliência de componentes ideológicos que reforçam os estereótipos raciais e as "convicções escravocratas arraigadas". Se o mito da "democracia racial", fundado na interpretação de Gilberto Freyre (2003) da oposição entre senhor e escravo como um "antagonismo em equilíbrio", serviu para dissimular as desigualdades raciais e a violência sistemática a que os negros foram submetidos no Brasil, ele é um ajuste às teorias raciais anteriores que, desde a Abolição, impunham ao desafio de construção nacional incorporar os ex-escravizados à categoria de cidadãos (MUNANGA, 2020). Informados por ideias raciais europeias que aqui entravam em descompasso com seus contextos de formulação (darwinismo social, positivismo e neolamarckismo), o pensamento social da passagem do século XIX para o XX colocava como questão principal o "estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das ideias programáticas do progresso" (MACHADO, 2000, n.p.).

O que havia de comum às múltiplas interpretações que combinavam determinismo biológico e geográfico era a crença na inferioridade das raças não brancas e na degenerescência do mestiço. Fosse a Geografia Social de Silvio Romero, a Antropologia Criminal de Nina Rodrigues ou a teoria dos contrastes de Euclides da Cunha, para todos "o negro era o componente de uma raça inferior" (MUNANGA, 2020, p. 63). Mesmo Euclides da Cunha (2016), que teria visto no sertanejo a constituição de um tipo étnico autenticamente brasileiro, veria o negro como inferiorizado, dando origem aos "mestiços neurastênicos" do litoral em oposição aos mamelucos do sertão (mestiços de brancos e indígenas). A ideologia do branqueamento é a resultante do influxo externo de ideias raciais e de suas versões originalmente brasileiras. Oliveira Vianna seria o seu representante mais destacado. Ideólogo do Estado Novo, defendia a miscigenação por meio do estímulo à imigração europeia no intuito de arianizar um país etnicamente diversificado. Essa combinação de raça e meio físico foi um importante componente das ideologias geográficas que, segundo Moraes (2005), pretendiam construir o Brasil não como uma comunidade de indivíduos, mas uma porção do espaço terrestre.

Mesmo reconhecendo não ser "um pesquisador orientado aos problemas específicos do negro no Brasil" (SANTOS, 2002g, p. 7), Santos não se furtou a se posicionar nesse debate e assim o fez a partir de uma reflexão mais sistemática sobre o país. Trabalhos recentes, a exemplo das dissertações de Tathiane Vitorino (2018) e de Diogo Cirqueira (2010), têm revertido a ideia de que Milton Santos não teria tratado da questão étnico-racial no Brasil. Alex Ratts (2020), por exemplo, sugere situar Santos em uma linhagem de Pensamento Negro Geográfico vigente desde século XIX. No entanto, a reivindicação contemporânea de Milton Santos como intelectual negro tem partido do recurso a documentos mais diversos, para além dos seus livros e artigos principais, verificando que sua leitura

do problema racial ocorreu majoritariamente em contextos não acadêmicos a partir dos textos de natureza ético-política. Cirqueira (2016) recorre a Walter Mignolo (2000) ao atribuir tal situação ao “totalitarismo epistêmico” na academia, “cujas políticas hegemônicas de produção, reprodução, absorção e validação de conhecimento controlavam os corpos e discursos que objetivam abordar as tensões nas relações étnico-raciais brasileiras” (CIRQUEIRA, 2016, p. 407).

O estudo das condições individuais e estruturais da cidadania brasileira é o eixo analítico em que a questão racial é posta nos trabalhos de Milton Santos desde a publicação de *O espaço do cidadão* (1987b). A superexploração do trabalho durante a modernização conservadora, a expansão relativa das classes médias e o efeito-demonstração, que induzia a importação do mesmo padrão de consumo dos países de industrialização consolidada, teriam por resultado a prevalência do estatuto de consumidor sobre o de cidadão. Neste cenário, Santos afirma a existência de formas de vida não-cidadãs, em especial daqueles a quem ele atribui a condição de “desiguais institucionais”⁶: o negro, o nordestino, as mulheres etc.

Santos (1996b) passa a analisar a cidadania sob três critérios: a corporeidade, a individualidade e a socialidade. Se a individualidade parte de uma tomada de consciência (do mundo, do lugar, de si e do outro) e a socialidade dá conta da vida de relações estabelecidas na comunidade e na sociedade, a corporeidade é essencial à compreensão do cotidiano e do déficit de cidadania daqueles antes mencionados “desiguais institucionais”. Isto se faz ainda mais válido se o foco for orientado aos negros brasileiros, cujos corpos carregam marcadores históricos que hierarquizam e discriminam quem pode ou não gozar dos pressupostos jurídicos da cidadania no país.

Há uma relação entre corporeidade, individualidade e sociabilidade. Essa relação vai também definir a cidadania. Neste país, por exemplo, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo. Por conseguinte, a diferenciação entre “cidadanias” dentro de uma mesma sociedade é relacionada com a corporeidade (SANTOS, 1996b).

O conceito de corporeidade reformula a ideia anteriormente colocada de uma “teoria espacial do valor” (SANTOS, 1979b, p. 45), a qual reconhece que “o homem não tem o mesmo valor segundo o lugar onde está”. Em *As cidadanias mutiladas* (SANTOS, 1996/1997), a discussão avança para uma ideia de “lugaridade” que expressa as possibilidades de mobilidade e de ação a partir do corpo e dos seus regimes de visibilidade.

A corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de **lugaridade**), a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito ou pouco e as possibilidades daí decorrentes. E aí aparece em resumo, o meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade (SANTOS, 1996/1997, pp. 134-145, grifo nosso).

O olhar enviesado é, portanto, um mecanismo de uma economia política do espaço que lega os corpos negros aos lugares sociais e geográficos subalternos. A cidadania mutilada dos negros no Brasil é efetivada pela “desterritorialização”, que entendida ao modo como o faz Rogério Haesbaert (2004) corresponde a um processo de precarização socioespacial. É neste sentido que Santos aponta

⁶A população negra e migrante, em especial as mulheres negras (GONZALEZ, 2020), seria aquela submetida à superexploração do trabalho nas fases de expansão econômica, a exemplo do “milagre econômico” na ditadura; excluída da cidadania regulada, que restringe os direitos sociais ao trabalho formal; e, portanto, levada a recorrer ao circuito inferior da economia urbana.

em *As exclusões da globalização: pobres e negros* (1998) para uma dinâmica de “deslocalização”, a posição inferior da população negra na tipologia dos lugares:

Os **negros também deslocalizados**, colocados em posição inferior na tipologia dos lugares, os negros também diferenciados para baixo na circulação dentro do País e dentro da cidade, não só em função do preço da circulação, mas nas oportunidades de cada localização. Porque a minha localização no País ou na cidade tem a ver com o preço do deslocamento, e os negros, vivendo em lugares criminalizados, têm dificuldades em ascender a lugares que para eles se tornam proibidos (SANTOS, 1998, p. 153, grifo nosso).

Compreendemos, dessa forma, que a inserção da corporeidade no seu sistema teórico permite a Santos dotar sua categoria social dos *homens lentos* de um conteúdo étnico-racial, na medida em que se reconhece que são os homens e as mulheres negras os corpos preferencialmente restringidos em suas condições de ação e mobilidade. O lugar e o cotidiano ganham expressão nas suas relações com a corporeidade e assumem, de um ponto de vista existencialista, as condições de possibilidade de construção do futuro. Inspirado em Sartre, as condições geográficas da produção do futuro se dão pela experiência da *escassez*, que autoriza os *homens lentos* como sujeitos históricos, e pela compreensão do futuro como *projeto*, o que ressalta seu conteúdo político.

Porém, a leitura do olhar enviesado como desdobramento de um olhar distorcido pela colonialidade passa não só pela corporeidade, mas também pela recuperação da categoria marxista de formação econômico-social (SANTOS, 1977; MACHADO, 2016). É a partir dela que Santos (1996/1997, p. 136) reconhece que “a situação dos negros no Brasil é uma situação estrutural e cumulativa”, pois historicamente reiterada no processo de formação do território nacional. Recupera, assim, a ideia de incompletude da formação evidenciada na não-integração do negro à sociedade brasileira que caracteriza a sua cidadania mutilada. Desse modo, a inseparabilidade da questão étnico-racial e da formação econômico-social registra tanto o papel epistemológico de uma inteligibilidade geográfica do problema quanto as possibilidades de ação política no combate a esse “*apartheid à brasileira*” (SANTOS, 2002e, p. 161).

Por conseguinte, **não há uma questão negra fora da formação social brasileira**. Estudando o Brasil nas suas relações externas, nas suas relações internas, ontem e hoje, vamos localizar a questão do negro no Brasil. **Não há uma questão do negro isolada da questão nacional**. Não há uma análise do negro que se possa fazer de forma válida e com possível eficácia política que não aquela que veja o negro dentro da sociedade brasileira (SANTOS, 2002g, p. 9, grifos nossos).

Daí porque a análise das situações de preconceito no Brasil supõe um estudo da **formação sócio-econômica brasileira**. Não há outra forma de encarar o problema. Tudo tem que ser visto através de como o país se formou, de como o país é e de como o país pode vir a ser. Tudo isso se inclui na realidade da formação sócio-econômica brasileira. O passado como carência, o presente como situação, o futuro como uma perspectiva (SANTOS, 1996/1997, p. 135, grifo nosso).

A formação econômico-social como chave de leitura do racismo e da questão étnico-racial é reclamada por Santos (1998) por esta ser uma categoria que dá conta da realidade geográfica, ao passo que muito da elaboração teórica sobre o tema no Pensamento Social Brasileiro se deu a partir do conceito de modo de produção. A predileção pelo “paradigma da formação” adquire novos contornos quando Santos (1998; 1996/1997; 1987b) aponta para a exclusão dos negros em relação àquilo que Roberto Schwartz (2012) indicara como o nexos ideológico das relações sociais entre senhores e homens livres no Brasil: *o favor*. Em várias ocasiões, Santos menciona o peso que um telefonema, uma carta ou um carimbo desempenham na capacidade da classe média em acessar

serviços públicos, conquistar um emprego ou acessar a universidade. “Um dos maiores problemas dos negros no Brasil é que os primos dos negros não têm um telefonema útil” (SANTOS, 1998, p. 152). O caráter “estrutural e cumulativo” da formação brasileira remete àquela cumplicidade mútua entre senhores e homens livres durante o período escravista: o fato de ambos não serem escravizados.

No entanto, Santos reclama a necessidade de ir além da constatação do racismo, o que passa pelo suporte político que a formação econômico-social pode conceder, na medida em que é a partir da leitura da totalidade concreta que os movimentos negros passariam a agir. Perguntado sobre o papel do intelectual nesta empreitada, Santos reitera uma perspectiva solitária e apenas circunstancialmente militante, preocupado em preservar a liberdade de pensamento em relação às “palavras de ordem”. Mas não hesita na defesa de medidas concretas, a exemplo das cotas raciais nas universidades e outras políticas afirmativas. O interessante, por fim, é o reconhecimento de que, se não é possível abordar a questão étnico-racial fora da formação econômico-social, o inverso também se dá: “os estudos negros ajudarão a conhecer melhor o Brasil” (SANTOS, 2002g, p. 10).

O olhar dissonante: considerações finais a partir de uma geografia situada

Diante da dinâmica do “país distorcido”, evidente na incompletude da formação brasileira e na atitude mimética da atividade intelectual nacional, Santos propõe alguns ajustes que sugerem uma “desinstitucionalização” ou desburocratização da universidade (SANTOS, 2000b); a “descolonização” do saber geográfico (SANTOS, 1982); e uma interpretação do Brasil que situe geograficamente “uma teoria do mundo e do lugar, que tenha como ponto de partida e de chegada, o conjunto de lugares que definem o país (SANTOS, 1982, p. 218). Compreendemos, portanto, que a síntese de uma produção teórica mais autêntica passa, para Santos, por uma Geografia situada, ciente dos mecanismos de distorção da realidade nacional e preocupada em construir as condições para uma teoria geográfica do Brasil original, mas não provinciana.

A conversa entre Milton Santos e a atriz Denise Stoklos, que a Folha de São Paulo publicou em março de 2000 sob o título *Um olhar dissonante*, foi mais uma oportunidade para Santos explorar os vícios da imitação que a sociedade brasileira reproduz, mas também as condições da construção dessa originalidade. Aí está o olhar dissonante, assentado em uma atitude intelectual voltada à construção do novo. No entanto, Santos indica os limites da razão ao afirmar que “só a emoção nos leva a ser originais (...) Essa força, digamos, de esquecer, de ser original, só a emoção permite” (SANTOS, 2002c, p. 64). Esta defesa do “esquecimento” como condição à originalidade parece ecoar trecho de *Por uma Geografia Nova*⁷ mais de vinte anos antes, atitude nada incomum a um autor que por vezes criticou os seus mestres e as perspectivas geográficas em que foi formado. Junto a este procedimento, a imaginação estimulada pela emoção.

Em *O intelectual e a universidade estagnada* (2007c), Santos reitera o quanto a “memória” pode ser “inimiga da invenção, inimiga do novo”, de modo que “esquecer é, nos dias de hoje, a primeira condição para avançar intelectualmente” (SANTOS, 2007c, pp. 148-149). Somado a isto, a necessária “rebelia contra conceitos assentados, tornados respeitáveis, mas falsos”, ou seja, o intelectual como aquele que desempenha “o papel de criador e propagador de desassossego e o papel de produtor do escândalo, se necessário” (SANTOS, 2007c, p. 149). É nesse sentido que desde a década de 1970 Santos afirma que “toda verdadeira teoria é sinônimo de teoria revolucionária” (SANTOS, 2002d, p.

⁷ “É por isso que o passado não pode servir como mestre do presente, e toda tarefa pioneira exige do seu autor um esforço enorme para perder a memória, porque o novo é o ainda não feito ou ainda não codificado. O novo é, de certa forma, o desconhecido e só pode ser conceitualizado com imaginação e não com certezas” (SANTOS, 2002d, p. 25).

195), caso contrário estaríamos falando de ideologia e não de teoria, pois os novos paradigmas científicos e modelos explicativos devem ser extraídos da história concreta, dos fatos, da própria realidade. Ser original seria, portanto, condição para a construção do futuro.

Recentemente, vários trabalhos têm vinculado o esforço teórico de Milton Santos a uma Geografia situada desde o Sul Global. Melgaço e Prouse (2017, p. 4) assim posicionam a sua produção intelectual e lhe caracterizam como um *border thinker* (MIGNOLO, 2000), cujo pensamento liminar atravessaria as fronteiras da geopolítica do conhecimento. Ferreti e Pedrosa (2018) destacam a articulação de uma rede de colaboração internacional entre geógrafos do Sul Global promovida por Santos e suas conexões com geógrafos do Norte Global. Já Haesbaert (2022) sugere múltiplas conexões entre o pensamento singular de Santos e as abordagens identificadas como descoloniais, ressaltando as potencialidades em sua obra desde uma perspectiva das Geografias Negras e a abertura para o múltiplo e o diverso como marca da descolonialidade.

No entanto, a crítica “descolonial” da Geografia de Milton Santos não opera desde um lugar à salvaguarda dos “influxos externos” ou de um território cognitivo exclusivamente autóctone. Como Silviano Santiago havia apontado para a literatura, a escrita latino-americana se dá em um *entrelugar* das ideias em que o escritor toma o modelo original (metropolitano; europeu) como referência para produzir um “segundo texto”, “uma escritura sobre outra escritura”, (SANTIAGO, 2000, p. 21). A assimilação das ideias não é passiva, mas inquieta, insubordinada, antropófaga, “as leituras do escritor latino-americano não são nunca inocentes” (SANTIAGO, 2000, p. 22) e abrem, no processo de reescrita, um espaço crítico que busca responder à opressão colonial marcada pela supressão da diferença. Milton Santos é esse escritor latino-americano “devorador de livros”, imagem que Santiago resgata dos contos de Jorge Luís Borges e que remete à necessidade de ler o que se produz na “metrópole” e no seu próprio lugar, dotando-o, portanto, daquela “vontade de abrangência” de que o próprio Santos fala.

Compreendemos que foi nesse movimento que Santos “deglutiu” e transformou o *prático-inerte* de Sartre na inércia dinâmica das *rugosidades*; as *paisagens derivadas* de Max Sorre nos *espaços derivados*; e a *formação econômico-social* de Marx em *formação socioespacial*. O entrelugar seria o espaço cognitivo e prático em que o “esquecimento”, a “emoção” e a “rebeldia” conduziram à criatividade e à originalidade do trabalho intelectual preocupado em construir uma Geografia descolonizada. De todo modo, a dimensão do entrelugar também se apresenta na própria trajetória socioespacial do autor e é condicionada por sua corporeidade: o jovem negro educado e formado em meio à elite branca da Bahia; o estudante de doutorado descobrindo o mundo nos jornais franceses; ou o professor exilado que trabalhou em universidades europeias, norte-americanas, africanas e latino-americanas. Essa territorialidade múltipla marcou inevitavelmente seu trabalho e seu modo de interpretar as coisas. Mônica de Carvalho, em entrevista a Milton Santos (2000b), chega a mencionar um *ponto de vista estrangeiro*⁸ presente em suas interpretações: “Por exemplo, uma visão de Salvador a partir do sertão, uma visão de São Paulo em Rondônia, uma visão do Brasil a partir da França” (SANTOS, 2000b, p. 117).

Esse “olhar estrangeiro” como resultado de uma teoria produzida “em deslocamento” nutre o projeto de interpretar o Brasil desde o período em que Santos ficou exilado (1964 - 1978). Quando

⁸ Perguntado se esse *olhar estrangeiro* ajuda na formulação teórica, Santos responde: “Tem que haver um esquema geral de interpretação, que acaba de alguma forma sendo um olhar externo. Quando falo em uma teoria geral não é tão verdadeiro, porque é a teoria geral de um brasileiro. Só que também existe a teoria de um europeu, de um americano, embora eles considerem uma teoria geral. É uma vontade de encontrar uma teorização geral, que permite chegar a um lugar e começar a trabalhar com o empírico, que é o seu empírico. Mas o fato de ter vivido em diversos lugares permite duvidar das certezas absolutas, das combinações únicas” (SANTOS, 2000b, pp. 117-118).

perguntado sobre como lidava com o Brasil no período da ditadura, Santos responde: “Eu me preparava para ver o Brasil. Levei muitos anos me preparando para enfrentar a realidade, para tentar uma interpretação” (SANTOS, 2000b, p. 115). Compreendemos que o projeto de propor uma reinterpretação da sociedade brasileira a partir do território parece derivar dessa ambição intelectual em oposição à assimilação passiva do cânone europeu ou norte-americano. Havia, portanto, um projeto de interpretar o país e de, por meio dele, interpretar o mundo. “Sem buscar uma interpretação do mundo a partir do nosso lugar, que modificaria, também, a interpretação do nosso lugar, não contribuiremos validamente ao conhecimento do mundo” (SANTOS, 2007c, p. 152). A inseparabilidade de ambos os projetos intelectuais de Milton Santos marca as potencialidades de sua contribuição à descolonização do pensamento brasileiro ao fornecer elementos para uma construção geográfica do futuro que tem nos *homens lentos* (preferiríamos outra expressão mais inclusiva: as *pessoas lentas*) os agentes criativos da produção de um novo período histórico, de uma modernidade verdadeiramente brasileira.

Referências

- ARANTES, P. (1997) Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, P. E. & ARANTES, O. B. F. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido*, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Paz & Terra.
- BOTELHO, A. (2020) Um certo “ar de família”: formação, inserção, linhagens, sequência. In: SAES, A. M.; BARBOSA, A. F. (Orgs.) *Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publicações BBM; SESC, pp. 23-55.
- BRANDÃO, G. M. (2007) *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Hucitec.
- CANDIDO, A. (2000) *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- CIRQUEIRA, D. M. (2016) Milton Santos: um corpo estranho no paraíso. In: PINTO, A. F. M.; CHALHOUB, S. (Orgs.) *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, pp. 405-427.
- _____. (2010) *Entre o corpo e a teoria: questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás.
- CUNHA, E. da. (2016) *Os Sertões*. Edição crítica e organização: Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu Editora / Edições Sesc São Paulo.
- FANON, F. (2015) *Os condenados da terra*. Lisboa: Letra Livre.
- FERNANDES, F. (2020) *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente.
- FERRETI, F.; PEDROSA, B. V. (2018) Inventing critical development: a Brazilian geographer and his Northern networks. *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 43, nº 4, pp. 703-717.
- FRANCO, M. S. de C. (1997) *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- FREYRE, G. (2003) *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- FURTADO, C. (2007) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GONZALEZ, L. (2020) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HAESBAERT, R. (2022) Um olhar descolonial em Milton Santos. In: ARROYO, M.; SILVA, A. M. B. (Orgs.) *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH/USP, pp. 49-66.
- HOLANDA, S. B. (1995) *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MACHADO, L. O. (2000) As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *Terra Brasilis*, nº 20.
- MACHADO, T. A. (2016) Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? *GEOgraphia*, vol. 18, nº 38, pp. 71-98.
- MELGAÇO, L. & PROUSE, C. (2017) Milton Santos and the Centrality of the Periphery. In: MELGAÇO, L. & PROUSE, C. (Editors) *Milton Santos: a pioneer of Critical Geography from Global South*. Switzerland: Springer, pp. 1-24.
- MIGNOLO, W. (2000) *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- MORAES, A. C. R. (2005) *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- MUNANGA, K. (2020) *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.
- NOBRE, M. (2012) Da “formação” às “redes”: Filosofia e cultura depois da modernização. *Cadernos de Filosofia Alemã*, nº 19, pp. 13-36.
- PRADO JÚNIOR, C. (2011) *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras.

- RATTS, A. (2020) A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 104, pp. 1-22.
- RICUPERO, B. (2013) O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, vol. 03, nº 06, pp. 525-556.
- SANTIAGO, S. (2014) Anatomia da formação. *Folha de São Paulo*, 7 de setembro de 2014. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/184397-anatomia-da-formacao.shtml?origin=folha>. Acesso em: 09/01/2020.
- _____. (2000) O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SANTOS, M. (2013a) *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (2013b) *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (2012) *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (2008) *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (2007a) O geógrafo de campos e espaços. Entrevista concedida a João Pombo Barile. *Jornal O Tempo*, 7 de setembro de 2007. In: LEITE, M. A. P. (Org.) *Milton Santos – Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- _____. (2007b) A metrópole e o urbano. Entrevista concedida a Anderson Kazuo Nakano, Guilherme Wisnik, Marcos Eduardo Hoshino e Mariana Fix. *Revista Caramelo*, nº 7, 1994. In: LEITE, M. A. P. (Org.) *Milton Santos – Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- _____. (2007c) O intelectual e a universidade estagnada. Pronunciamento para a posse de professor emérito da Universidade de São Paulo. In: LEITE, M. A. P. (Org.) *Milton Santos – Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, pp. 144-153.
- _____. (2004) *Testamento intelectual/Milton Santos*. Entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (2003) *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (2002a) O país distorcido, *Folha de São Paulo*, 2 de maio de 1999. In: *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania; organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves*. São Paulo: Publifolha, pp. 49-52.
- _____. (2002b) A vontade de abrangência. *Folha de São Paulo*, 20 de junho de 1999. In: *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania; organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves*. São Paulo: Publifolha, pp. 53-56.
- _____. (2002c) Um olhar dissonante. Diálogo entre Milton Santos e a atriz Denise Stoklos editado por Valmir Santos. *Folha de São Paulo*, 7 de março de 2000. In: *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania; organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves*. São Paulo: Publifolha, pp. 61-64.
- _____. (2002d) *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia à geografia crítica*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (2002e) Ser negro no Brasil hoje. *Folha de São Paulo*, 7 de maio de 2000. In: *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania; organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves*. São Paulo: Publifolha, pp. 157-161.
- _____. (2002f) Pesquisa reforça preconceito. Entrevista concedida a Maurício Stycer. *Folha de São Paulo*, 25 de junho de 1995. In: *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania; organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves*. São Paulo: Publifolha, pp. 136-140.
- _____. (2002g) O intelectual negro no Brasil. *Ethnos Brasil*, Ano I, nº 1, pp. 7-10.
- _____. (2000a) Discurso em ocasião do Prêmio Gilberto Freyre de Brasilidade, 13 de abril de 2000. Publicado em 01 de julho de 2000 na *Revista Problemas Brasileiros*, vol. 20, nº 340.
- _____. (2000b) *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e Jose Corrêa Leite. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____. (1999) O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos Ippur*, ano XIII, nº 2, pp. 15-26.

- _____. (1998) As exclusões da globalização: pobres e negros. *Thoth*, nº 4. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, pp. 147-160.
- _____. (1996/1997) As cidadanias mutiladas. In: LERNER, J. (Editor). *O Preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, pp. 133-144.
- _____. (1996a) *A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1996b) Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, nº 21, pp. 7-14.
- _____. (1987a) Échapper à l'emprise des idéologies. *Espaces Temps*, nº 36, pp. 11-12.
- _____. (1987b) *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel.
- _____. (1985) *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel.
- _____. (1982) Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 59, pp. 5-22.
- _____. (1981) *Manual de geografia urbana*. São Paulo: HUCITEC.
- _____. (1979a) A responsabilidade social dos geógrafos. *Território Livre*, nº 1, pp. 41-47.
- _____. (1979b) Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, H. (Org) *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, pp. 143-161.
- _____. (1978) La totalité du diable. *Espaces Temps*, vol. 8, pp. 60-75.
- _____. (1977) Society and Space: social formation as theory and method. *Antipode*, vol. 9, nº 1, pp. 3-13.
- _____. (1971) *Les villes du Tiers Monde*. Paris: Éditions M.-Th. Génin. Librairies Techniques.
- _____. (1957) *Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SANTOS, M. *et al.* (2000) O papel ativo da geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 9, pp. 103-109.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. (2001) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record.
- SCHWARZ, R. (2012) As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34.
- SILVEIRA, M. L. (2008) De la geografía de la existência a los circuitos de la economía urbana. In: MENDONZA, C. (Coordinador) *Tras las huellas de Milton Santos: uma mirada latino-americana a la geografía humana contemporánea*. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, pp. 56-69.
- SODRÉ, M. (2004) Milton Santos: da escassez ao saber. In: BRANDÃO, M. (Org.) *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 57-64.